

Pedro de Aboim Inglez Cid

A Torre de S. Sebastião de Caparica

e a arquitectura militar do tempo de D. João II



Edições Colibri

Livros publicados

- *Decoração Vegetalista nos Mosaicos Portugueses*
Licínia Nunes Correia (2005)
- *Ourém e Porto de Mós. A Obra Mecenática
de D. Afonso, 4.º Conde de Ourém*
Alexandra Leal Barradas (2006)
- *A Torre de S. Sebastião de Caparica e a Arquitectura Militar
do Tempo de D. João II*
Pedro de Aboim Inglez Cid

Pedro de Aboim Inglez Cid

A TORRE DE S. SEBASTIÃO DE CAPARICA
E A ARQUITECTURA MILITAR DO TEMPO DE D. JOÃO II

Edições Colibri

Instituto de História da Arte
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL

CID, Pedro de Aboim Inglês, 1954-

A torre de S. Sebastião de Caparica e a arquitectura militar do tempo de D. João II. – (Estudos do Instituto de História da Arte ; 3)

ISBN 978-972-772-798-8

CDU 725

623

94(469) “14”

Título: A Torre de S. Sebastião de Caparica
e a arquitectura militar do tempo de D. João II

Autor: Pedro de Aboim Inglês Cid

Edição: Edições Colibri

Concepção gráfica da capa: Inês Mateus

Ilustração da capa: Desenho da Fortaleza de Caparica,
autor anónimo, final do século XVIII, GEAEM, n.º 2699

Depósito legal n.º 274 490/08

Lisboa, Dezembro de 2007

ÍNDICE

Prefácio	9
Introdução	15
Capítulo I – O contexto histórico	19
I.1. O século XV, tempo de mudanças	19
I.2. Portugal e a Europa	21
Capítulo II – A acção de D. João II	27
II.1. Ascensão de um <i>Príncipe Perfeito</i>	27
II.2. A reorganização do Estado	32
II.3. Uma estratégia planetária: explorações e tratados	40
II.4. Os problemas da tecnologia	46
Capítulo III – D. João II e a arquitectura militar do seu tempo	71
III.1. A artilharia de fogo e a evolução da arte da guerra	71
III.2. Inovações fortificativas e arquitectónicas da era joanina	88
III.3. O exemplo da fortaleza-paço de Alvito	137
Capítulo IV – A defesa de Lisboa, cidade marítima	145
Quadro geral	145
IV.1. A defesa costeira do Reino	146
IV.2. O plano de D. João II para a protecção do porto de Lisboa	159
IV.3. A margem sul; a envolvente da «Torre Velha»	180

Capítulo V – A Torre de S. Sebastião de Caparica	195
Um monumento por descobrir	195
V.1. A «torre»	196
V.2. O dispositivo intermédio	246
V.3. O baluarte	262
V.4. O programa e a sua originalidade	279
 Conclusão	295
 Fotografias	
 Anexos	297
Índices	299
– Índice dos documentos manuscritos	299
– Índice dos documentos cartográficos	300
– Índice dos documentos iconográficos	302
– Índice dos documentos gráficos complementares	304
– Índice do levantamento arquitectónico	305
– Índice do levantamento gliptográfico	306
– Índice do levantamento fotográfico	307
 Referências cronológicas	308
 Documentos manuscritos	349
 Fontes e bibliografia	387
Fontes manuscritas	387
Fontes impressas	391
Bibliografia	399

Nota: O texto que agora se edita constitui uma versão revista da dissertação de mestrado em História da Arte apresentada em 1998 à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

ACL	– Academia de Ciências de Lisboa
AHCML	– Arquivo Histórico da C. Municipal de Lisboa
AHM	– Arquivo Histórico Militar
AHU	– Arquivo Histórico Ultramarino
BA	– Biblioteca da Ajuda
BNL	– Biblioteca Nacional de Lisboa
CML	– Câmara Municipal de Lisboa
CNCDP	– Com. Nac. Comemorações Descobrimentos Portugueses
DGEMN	– Dir. Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
FCG	– Fundação Calouste Gulbenkian
FCSH-UNL	– Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL
GEAEM	– Gab. de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar
GEO	– Arquivo do Gabinete de Estudos Olisiponenses
IAN/TT	– Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
IICT	– Instituto de Investigação Científica Tropical
INCM	– Imprensa Nacional-Casa da Moeda
IPPAR	– Inst. Port. do Património Arquitectónico e Arqueológico

PREFÁCIO

Uma obra-prima ao abandono...

A primeira vez que visitei a Torre Velha de Porto Brandão, como é vulgarmente conhecida, foi em 1975 pela mão amiga do sr. Raul Pereira de Sousa, funcionário da Câmara Municipal de Almada e amante da arquitectura militar do seu concelho. Lembro-me como se fosse hoje. Deixada a estrada de Porto Brandão, subimos um caminho de terra atravessando, não sem medo, a mole semi-derruída do Lazareto (1867) então ocupada por retornados; passamos grades e galgamos muros; atravessamos uma vasta zona de mata quase amazónica (sinal da humidade retida no fosso aquático que rodeava por terra a fortaleza...); passamos pela frente abaluartada feita em 1571 por Afonso Alvares – como eu sabia por textos, mas nunca vira – com o seu belo portal de pedra almofadada e ponte levadiça, entrando no pátio onde estão os restos setecentistas do Palácio do Governador e as ruínas da capela de São Sebastião; para então, ao fim de uma larga esplanada tendo Lisboa como pano de fundo, vê-la erguer-se: a Torre.

A primeira impressão é, devo confessá-lo, de alguma decepção. A torre é um edifício simples, rectangular sobre o alto, sem traço de decoração: arquitectura em estado puro. Mas depois de rodeá-la e examinar as suas paredes nuas, de descobrir nos cantos ao pé do chão seteiras cruzetadas de belo traçado quatrocentista, outras no andar de cima para tiro vertical; de ver a porta de origem – no piso superior como nas torres medievais, mas de verga recta – com um brasão liso (de D. João II gasto pelo tempo ou dos Távoras, senhores de Caparica, picado por ordem de Pombal?); de galgar a larga escadaria barroca até ao enorme vazio interno, a que falta grande parte do piso em madeira; de observar a magnífica abóbada de berço sem uma fissura apesar dos seus 530 anos de idade – pois uma das conclusões deste trabalho foi datá-la sem erro de 1481 – e de subir a escada a um canto na parede, com frestas para iluminação, vigia e tiro, que conduz sem falha ao amplo terraço do alto, de onde se goza de uma vista soberba sobre a foz do Tejo, o efeito muda por completo. É numa grande obra de arquitectura militar – e da arquitectura *tout court* – do último quartel do século XV que nos encontramos, realçado pela euforia de “fazer uma descoberta”.

Há que passear na esplanada para encontrar os restos da escada subterrânea que desce a pique, por dentro da rocha (entaipada desde há muito), até à plataforma em cantaria à beira-rio, escondida sob a estradinha que leva à enseada da Paulina, onde funciona uma indústria de lavagem de navios de óleo: o Baluarte, para artilharia rasante ao rés-da-água – uma invenção que na época foi atribuída ao próprio rei D. João II. Torre e baluarte conjugam-se, ligados pela escada sob a terra: é preciso debruçarmo-nos sobre o murete da esplanada para lhe vermos o extradorso, quase vertical, da abóbada. A falésia faz aí pequenos terraços – artificiais, sem dúvida – até abaixo, tendo agarrados a si restos de construções que é impossível a olho nu saber o que seriam. É o único prédio que teve, até o dia de hoje, a ousadia de cortar a pedra nos 32 m desde o cimo ao cais do Tejo.

Impressiona pensar que, dos milhares de passageiros que diariamente a olham sem a ver da Estrada Marginal, contam-se pelos dedos de uma mão os que sabem de que se trata. Exactamente em frente à Torre de Belém – a 1 km e meio de distância –, a torre-baluarte de S. Sebastião esconde segredos que há que descobrir... Foi a mais forte sensação que retirei dessa rápida visita de há 30 anos atrás. Perguntei ao Sr. Raul Sousa o que se podia fazer: a resposta foi um rápido encolher de ombros, num gesto largo e amargurado de sentimento de impotência e desânimo – os mesmos que eu sentia. Havia que esperar alguém com artes de malabarista, coragem e dedicação suficientes, capaz de o fazer. ...E durante anos aguardei, no Mestrado de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa, esse alguém capaz de lhe desvendar os mistérios.

Até que apareceu o arq. Pedro Cid como aluno. Jovem arquitecto, de distinta filiação na melhor arquitectura modernista portuguesa e os mais altos pergaminhos de investigação erudita pela parte dos pais, dotado da coragem e entusiasmo dos jovens, ele aceitou o desafio. Primeiro algo desconfiado, depois já convencido: ao fim da primeira visita ao local estava rendido.

Os seus dotes de observação e facilidade no desenho, uma persistência a beirar a teimosia, a inteligência, a capacidade fácil na paleografia, um quase instinto em relacionar coisas e ter ideias, a sensibilidade rara ao que dizem nas entrelinhas as formas e os documentos escritos do passado, tornavam-no o candidato mais capaz – a ponto de descobrir uma autêntica paixão política pela figura do *Príncipe Perfeito* – de trabalhar sobre uma época tão difícil quanto a joanina e um objecto tão peculiar, originalíssimo para não dizer único, quanto o é a torre-baluarte de Caparica. E foram meses de trabalho a sério, o levantamento exaustivo até ao mínimo pormenor do objecto de estudo, um inventário tão completo quanto possível da cartografia, um passar sem horas na Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional – onde descobriu um filão que escapara a todos –, fotografias desde a sigla numa pedra semi-escondida à vista geral tomada do guindaste dum petroleiro ou à fotografia aérea, dossiers e leituras sobre os mais vários e especializados temas, da artilharia à política eclesiástica e correntes da espiritualidade cristã, confrontos (nuns anos em que

ainda não existia a facilidade em obter bolsas de estudo para o estrangeiro de que o aluno desfruta hoje...) com o contexto similar nos países mais relevantes para a realidade nacional – a Borgonha, a Itália e a França, menos a Espanha e a Inglaterra –, a exacta terminologia na época dos materiais, medidas e técnicas... Não havia dia em que não aparecesse com novos dados e uma nova ideia, quase sempre certa, ou com hipóteses a que havia que pôr freio sob pena de cair no enciclopédismo.

Assim, ficamos a saber que uma das preocupações do “arquitecto” (que algo nos diz ser o jovem Diogo de Arruda) era obter a vitória em caso de guerra com um mínimo de perdas humanas, segundo um dos princípios básicos discutidos por Alberti no seu *De Re Aedificatoria*; que o plano joanino de dotar a primeira capital europeia de um sistema de defesa por mar articulava-se com toda uma estratégia planetária, que ia de S. Jorge da Mina (aliás do mesmo ano) a Tordesilhas; que esse projecto experimental foi cabeça de série de outros, como o que o rei tinha pensado para o lugar da futura Torre de São Vicente de Belém, o seu complemento indispensável apenas começado em 1512 – ou seja, mais de trinta anos mais tarde, pelo rei D. Manuel –, a torre dada a Álvaro de Caminha em S. Tomé (1493) e a pequena jóia da Torre de Cascais (nunca anterior a 1485); que o “corpo central” intermédio entre torre e baluarte funcionava como uma espécie de elevador para materiais e homens evitando-lhes uma volta de mais de 2 kms, furando e agarrando-se – em 6 níveis! – à falésia por um mimetismo de camuflagem, num complexo trabalho de engenharia de solos em túneis e corredores; ou que o cruzamento de fogos entre os dois monumentos (que encontramos nesses mesmos anos em fortificações dos Otomanos: p. ex., a “Fortaleza da Europa” e a “Fortaleza da Ásia” no estreito de Dardanelos, de 1483) formando o portal de entrada à capital defendida religiosamente, encerra um requintado simbolismo entre as figuras de S. Sebastião, patrono contra a peste (e as feridas de setas) e S. Vicente, o protector de Lisboa.

Mas não só. Longe de se limitar às descobertas num campo tão descuro quanto o é, ainda hoje, a arquitectura militar, estendeu-o a outros vizinhos mas sem conexão aparente. Foi assim que se provou a importância da artilharia no reinado de D. Afonso V e da educação técnica do seu filho na tratadística italiana do “debuxo” – em particular nos projectos de Francesco di Giorgio Martini – na elaboração tão precoce do monumento; que o Cardeal Alpedrinha em Roma, longe de ser o rival e inimigo mortal de D. João II, como a historiografia sempre o apresenta, era seu fiel conselheiro e confidente; e tantas, tantas outras coisas, que foi necessário pôr-lhes um termo. Iniciada em 1994/5 como dissertação de Mestrado em História da Arte (na especialidade de Arquitectura Militar), em Janeiro de 1998 eram-me entregues dois densos volumes carregados de material na maioria inédito, defendida em Julho desse ano – há exactamente dez anos de distância! – com a nota mais elevada e voto de publicação por unanimidade.

Um de seus arguentes, o Prof. Doutor José Eduardo Horta Correia, foi talvez o primeiro dos “estranhos aos trabalhos” a perceber a sua extraordinária importância como obra de História da Arte e de História, ao referir na conversa classificatória o notabilíssimo avanço que ela dava aos estudos sobre o Século XV português num contexto europeu e de geopolítica marítima: entre Mediterrâneo e Atlântico, sem cair nos habituais e nacionalistas louvores à Expansão. Portugal, país da Europa – poderia bem ter sido o seu subtítulo. E sem triunfalismos comuns, era o objectivo que se buscava. É, de facto, uma nova visão do reinado do *Príncipe Perfeito* que ela nos apresenta, como o primeiro rei português – e dos primeiros europeus – a tirar pleno partido dos meios que a tecnologia moderna lhe oferecia, a colocá-la ao serviço de um programa político e ideológico coerente e de longo prazo, de gestão e geografia centralizadas sem excluir o recurso ao trabalho em equipas especializadas em cada matéria, a unir o problema da gestão e comércio a uma política cultural de vanguarda, que não ignora, antes inclui de modo muito inovador, as questões estratégicas da defesa, segurança e coesão. O interesse do Rei no debuxo de arquitectura, sobretudo a militar, quase permite falar num “plano” concertado, elaborado por uma “task-force” de especialistas...

É neste último aspecto que a obra exemplar de Pedro Cid obviamente se concentra, mas sem esquecer o quadro mais geral onde ele se inclui (e que deve constituir um modelo para trabalhos do mesmo género). Houve que esperar 10 anos para vê-la nas livrarias – e uma década é muito tempo, tanto quanto D. João II levou para executar os seus planos. O presente não se compece mais com atrasos que há cinco séculos não existiam.

Se repetisse hoje a pergunta que fiz há décadas – *E agora?...*, não podia obter como resposta o mesmo encolher de ombros resignado e inútil. Após a fase do conhecer, em que o Pedro levanta um por um os véus de enigma que cobriam a Torre Velha (onde el-rei D. Sebastião passou a última noite antes de embarcar na aventura de Alcácer-Quibir), há que passar à fase da acção, uma eficaz acção patrimonial virada ao presente, antes que se perca o passado. Mais que de recursos, é uma questão de vontade.

Não podia a administração do Porto de Lisboa, a que afinal parece caber aquela nesga de terreno encravado entre o gigantesco ex-Lazareto e as instalações fabris privadas da Paulina, ter ali uma intervenção tão frutuosa quanto o livro que o leitor tem entre mãos? Consolidar o imóvel da Torre, assente à beira da falésia num afloramento rochoso anti-sísmico; recuperar o Baluarte da beirário, que se esconde sob uma pequena estrada à beira da água a Sul do Tejo; escavar cuidadosamente a escada subterrânea que os liga quase na vertical; limpar os baluartes modernos de 1571, repondo o fosso aquático, libertando a entrada em ponte levadiça e restaurando o palácio e a capela barrocas; arranjar a esplanada em Jardim Panorâmico, de onde se goza de uma tranquilidade rara e uma vista verdadeiramente única sobre a margem Norte, de Lisboa até Cascais – são uma gota de água em orçamentos e gastos de empresas públicas.

Estamos em crer que a inteligente solução de engenharia do “corpo central” iria modificar radicalmente todo o problema arquitectónico da inestética falésia, da imaginação dos artistas e da imagem que terá de adquirir num futuro não muito distante. O complexo Torre-Baluarte será então um oásis, no meio do caos urbano que se adivinha: uma lição de urbanismo que já chega perto dos 5 séculos e meio de idade. O alibi da ignorância perdeu o prazo de validade com o presente livro.

O que falta, isso sim, é determinação e vontade política. O país deve a Pedro Cid o meritório papel de ter revelado a primeira defesa marítima de uma capital europeia, que é Lisboa; cabe-lhe, agora, recompensá-lo evitando que ela se desmorone e venha, literalmente, por águas abaixo.

O futuro julgará as opções, difíceis é certo, a tomar hoje.

Rafael Moreira



Pedro de Aboim Inglês Cid (Lisboa, 1954) é licenciado em Arquitectura pela ESBAL (1980) e mestre em História da Arte pela UNL (1998). Fez a sua formação junto de Daciano da Costa e, a título individual, tem desenvolvido sobretudo projectos de reabilitação.

A tese que agora se publica foi orientada pelo Prof. Rafael Moreira, de quem o seu autor «herdou» um especial gosto pela arquitectura militar. Assim, a par das aulas de Desenho que lecciona no Curso de Arquitectura do Pólo de Viseu da Universidade Católica Portuguesa, dedica-se à investigação histórica nesse domínio.



A Torre de S. Sebastião de Caparica é uma primorosa construção do tempo de D. João II, formando um «sistema» de concepção e desenho extremamente sofisticados, sem paralelo na Europa (a não ser nos projectos e estudos dos engenheiros militares italianos da vanguarda do século XV, que certamente a inspiraram), exacta contemporânea do Castelo de São Jorge da Mina, no Ghana, e precoce precedente experimental da Torre de Belém, sem a qual esta não pode ser compreendida.

A «Torre Velha», como também viria a ser chamada, formava um complexo fortificado de grande envergadura, combinando estruturas a céu aberto e subterrâneas, verticais (para vigia) e horizontais (para o tiro rasante ou de ricochete à flor da água), numa figura linear encostada ao flanco da mais inacessível falésia da margem sul do Tejo. Assim, se pela sua tipologia arquitectónica o monumento assinala a passagem da era medieval à Idade Moderna, a sua edificação conduz-nos directamente ao genial plano joanino de utilizar o cruzamento de fogo de artilharia para a defesa da barra de Lisboa.

Rafael Moreira

Patrocínios

